

A C Ó R D ã O
7ª Turma
GMCB/rc

AGRAVO DE INSTRUMENTO. RECURSO DE REVISTA INTEMPESTIVO. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NÃO CONHECIDOS. NÃO-INTERRUPÇÃO DO PRAZO RECURSAL.

1. A teor do disposto no artigo 538, *caput*, do CPC, os embargos de declaração somente interrompem o prazo recursal quando conhecidos, já que recursos praticados sem observância dos pressupostos extrínsecos de admissibilidade não podem produzir validade e eficácia ao ato processual praticado e devem ser tidos como inexistentes. Desse modo, os embargos de declaração não conhecidos por irregularidade de representação são considerados inexistentes e não interrompem o prazo recursal.

2. Intempestivo o recurso de revista interposto fora do prazo recursal previsto no artigo 895 da CLT, não merece provimento o agravo de instrumento.

3. Agravo de instrumento a que se nega provimento.

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Agravo de Instrumento em Recurso de Revista nº **TST-AIRR-1152/2004-067-01-40.9**, em que é Agravante **EISA - ESTALEIRO ILHA S/A** e Agravada **JOSELINA PASCHOA FERREIRA SOARES**.

Insurge-se o reclamado, por meio de agravo de instrumento, contra decisão proferida pela Vice-Presidência do egrégio Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região, que negou seguimento ao seu recurso de revista por julgar ausentes os

PROC. Nº TST-AIRR-1152/2004-067-01-40.9

pressupostos de admissibilidade exigidos pelo artigo 896 da CLT (fl. 92).

Alega o agravante, em síntese, que o seu apelo merece ser destrancado, porquanto comprovado o enquadramento da hipótese vertente no artigo 896, "a" e "c", da CLT.

A agravada ofereceu contraminuta às fls. 99/101 e contra-razões às fls. 102/106.

O d. Ministério Público do Trabalho não oficiou nos autos.

É o relatório.

V O T O

1. CONHECIMENTO

Tempestivo (fls. 93 e 02) e com regularidade de representação (fl. 85), **conheço** do agravo de instrumento.

2. MÉRITO

2.1. INTEMPESTIVIDADE DO RECURSO DE REVISTA.

O presente agravo de instrumento está fadado ao insucesso.

Compulsando os presentes autos, observo que o recurso de revista interposto pelo agravante está intempestivo.

O egrégio Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região, ao analisar o recurso ordinário interposto pelo reclamado, deu-lhe parcial provimento, porém, manteve a r. sentença recorrida no tocante ao reconhecimento do vínculo empregatício havido entre as partes (fls. 63/68).

Contra tal decisão, o reclamado opôs embargos de declaração (fl. 69), os quais não foram conhecidos por irregularidade de representação (fls. 71/72).

Inconformado, o réu interpôs recurso de revista (fls. 73/82).

PROC. Nº TST-AIRR-1152/2004-067-01-40.9

Contudo, o recurso de revista foi interposto fora do prazo recursal.

A teor do disposto no artigo 538, *caput*, do CPC, os embargos de declaração somente interrompem o prazo recursal quando conhecidos, já que recursos praticados sem observância dos pressupostos extrínsecos de admissibilidade não podem produzir validade e eficácia ao ato processual praticado e devem ser tidos como inexistentes. Desse modo, embargos de declaração não conhecidos por irregularidade de representação são considerados inexistentes e não interrompem o prazo recursal.

Verifica-se, no caso, que o acórdão do Tribunal Regional foi publicado no dia 13/09/2006 (quarta-feira); o reclamado opôs embargos de declaração (fl. 69), os quais não foram conhecidos pelo acórdão de fls. 71/72, por irregularidade de representação, o que não interrompeu o prazo prescricional; já o recurso de revista foi interposto apenas no dia 24/11/2006 (mais de um mês após a publicação do acórdão recorrido), logo intempestivamente.

Esse posicionamento está em consonância com as decisões mais recentes desta Corte Superior, conforme precedentes a seguir transcritos:

“AGRAVO DE INSTRUMENTO. RECURSO DE REVISTA INTEMPESTIVO. Embargos Declaratórios não conhecidos não interrompem o prazo recursal. Correto o juízo de admissibilidade já que restou constatado que o Recurso de Revista foi interposto fora do prazo legal. Agravo de Instrumento não provido. (AIRR-1564/2003-341-01-40; DJ - 25/04/2008; 2ª T.; Rel. José Simpliciano)”

“AGRAVO DE INSTRUMENTO. RECURSO DE REVISTA - DESCABIMENTO. RECURSO DE REVISTA. INTEMPESTIVIDADE. O não-conhecimento dos embargos declaratórios, por intempestividade, torna inexistente o recurso, não havendo que se cogitar de interrupção do prazo recursal. Resta, portanto, intempestiva a revista. Agravo de instrumento conhecido e desprovido.

PROC. Nº TST-AIRR-1152/2004-067-01-40.9

(AIRR-1135/2002-465-02-40; DJ - 25/04/2008 3ª Turma Relator Min. Alberto Bresciani)”

“RECURSO DE REVISTA. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NÃO CONHECIDOS EM SEGUNDA INSTÂNCIA. INTEMPESTIVIDADE DO RECURSO DE REVISTA ARGÜIDA EM CONTRA-RAZÕES. Embargos de declaração não conhecidos por inexistentes, em face da irregularidade de representação processual, não têm o condão de interromper o prazo recursal. Nessa esteira, o recurso de revista não se viabiliza, por intempestivo. Recurso de revista não conhecido. (RR-745/2003-670-09-00; DJ 11/04/20086 - 6ª Turma Relator Min. Horácio Senna Pires)”

“RECURSO DE REVISTA INTEMPESTIVO. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO INEXISTENTES. NÃO-INTERRUPÇÃO DO PRAZO RECURSAL. O ato judicial de recorrer praticado pela parte, como a oposição de embargos de declaração, somente produz efeitos se for realizado no tempo e no modo corretos. Em consequência, caso não observados esses requisitos, o recurso não merecerá conhecimento, pois ele é juridicamente inexistente ou ineficaz. Em ambas as hipóteses, a conclusão é a mesma: o recurso inexistente ou ineficaz não produz os efeitos legais a que se destina. In casu , os Embargos de Declaração eram inexistentes, conforme constatado pelo Tribunal Regional. Assim, a oposição dos Embargos de Declaração inexistentes não tem o efeito de interromper o prazo para a interposição do Recurso de Revista. Recurso de Revista de que não se conhece. (RR-54/2004-017-09-00; DJ 18/04/2008; 5ª Turma; Relator Min. Brito Pereira)”

Por todos esses fundamentos, **nego provimento** ao agravo de instrumento.

ISTO POSTO

ACORDAM os Ministros da Sétima Turma do Tribunal Superior do Trabalho, por unanimidade, negar provimento ao agravo de instrumento.

PROC. Nº TST-AIRR-1152/2004-067-01-40.9

Brasília, 11 de junho de 2008.

CAPUTO BASTOS
Ministro Relator